



# BMEP

---

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 03 | março 2011



**Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

**GPEARI**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação\_  
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** março de 2011

Elaborado com informação disponível até ao dia 23 de março.

### Editores

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

## Atualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2011-2014

Em 21 de março de 2011, foi entregue, na Assembleia da República, a atualização<sup>1</sup> do Programa de Estabilidade e Crescimento, para o período 2011-2014, não tendo este, porém, contado com o voto favorável da Assembleia da República.

Esta atualização prevê uma redução progressiva do défice orçamental, de 7,3%, em 2010, para 1%, em 2014 (Quadro 1). A implementarem-se as medidas previstas, a trajetória crescente da dívida pública deverá inverter-se a partir de 2013, em virtude da melhoria do saldo primário e também como resultado da política de privatizações, cuja receita contribuirá para a sua amortização.

**Quadro 1. Principais indicadores das Administrações Públicas**  
(em % do PIB)

	2010	2011	2012	2013	2014
Receita total	41,0	41,1	41,7	42,1	42,2
Despesa total	48,3	45,7	44,7	44,1	43,2
Despesa corrente primária	42,4	39,6	38,2	37,3	36,6
Saldo orçamental	-7,3	-4,6	-3,0	-2,0	-1,0
Saldo primário	-4,4	-1,0	1,4	2,6	3,5
Saldo estrutural	-8,0	-3,8	-2,0	-1,0	-0,3
<b>Dívida pública</b>	<b>82,4</b>	<b>87,9</b>	<b>88,1</b>	<b>87,4</b>	<b>85,3</b>

Fonte: INE e MFAP

A trajetória de consolidação orçamental apresentada assenta não só na recuperação da atividade económica, a partir de 2012, mas também na adoção de medidas discricionárias, em 2012 e 2013, que permitem uma diminuição da despesa de 1,6 e 0,8%, respetivamente, e um aumento da receita em 0,9 e 0,4%, para os referidos anos (Quadro 2).

**Quadro 2. Impacto estimado das medidas de consolidação orçamental**  
(efeito face ao ano anterior, em % do PIB)

Impacto estimado das medidas de consolidação orçamental	2012	2013
<b>Diminuição de Despesa</b> <sup>(1)</sup>	<b>1,6</b>	<b>0,8</b>
Contribuição especial aplicável a todas as pensões acima de 1500 euros com regras semelhantes à redução dos salários da Administração Pública ( <i>prestações sociais</i> )	0,25	
Redução de custos com medicamentos e sub-sistemas públicos de saúde ( <i>prestações sociais</i> )	0,3	0,1
Aprofundamento da racionalização da rede escolar e aumento da eficiência no aprovisionamento ( <i>despesas com pessoal e consumo intermédio</i> )	0,2	0,1
Outras medidas de controlo de custos operacionais na Administração Pública ( <i>consumo intermédio</i> )	0,2	0,1
Reforço do rigor no controlo da atribuição das prestações sociais e na cobrança de receitas		0,2
Redução de custos no Sector Empresarial do Estado e com Serviços e Fundos Autónomos: revisão das indemnizações compensatórias, dos planos de investimentos e dos custos operacionais ( <i>subsídios e outras despesas de capital</i> )	0,35	0,1
Redução da transferência para Autarquias e Regiões Autónomas ( <i>despesas de capital</i> )	0,1	
Outras medidas de redução da despesa de capital	0,2	0,2
<b>Aumento de Receita</b>	<b>0,9</b>	<b>0,4</b>
Revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, designadamente em sede de IRS e IRC	0,4	0,1
Racionalização da estrutura de taxas do IVA	0,1	0,3
Actualização dos impostos específicos sobre o consumo	0,15	
Conclusão da convergência no regime de IRS de pensões e rendimentos do trabalho	0,15	
Combate à informalidade e evasão fiscal: controlo de facturas e cruzamento de declarações de volume de negócios com pagamentos automáticos	0,1	
<b>Total</b>	<b>2,5</b>	<b>1,2</b>

(1) Adicionalmente, a suspensão da aplicação das regras de indexação de pensões permite uma poupança anual de 0,2% do PIB, a manutenção da política salarial no sector público cifra-se numa poupança anual de 0,2% do PIB, e o congelamento das admissões na Função Pública permite uma poupança anual de 0,1% do PIB.

<sup>1</sup> De acordo com o Código de Conduta relativo ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, esta atualização deverá vir a integrar nova informação que seja divulgada até ao seu envio à Comissão Europeia, nomeadamente os dados da Notificação de Abril do Procedimento dos Défices Excessivos.

Para 2011, foram consideradas medidas adicionais, no valor de 0,8% do PIB, como precaução, face aos riscos existentes em relação às perspetivas macroeconómicas, os quais, ao materializarem-se, terão impacto negativo sobre as variáveis orçamentais (Quadro 3).

**Quadro 3. Impacto das medidas de consolidação adicionais para 2011**  
(% do PIB)

Domínio	Impacto adicional estimado
Saúde	0,05
SEE	0,1
SFA e outros setores AP	0,1
Segurança Social	0,1
Capital	0,45
Total	0,8

Para além das medidas de consolidação orçamental, foram ainda apresentadas medidas no âmbito das reformas estruturais, com vista à promoção do crescimento económico e à correção dos desequilíbrios macroeconómicos existentes na economia portuguesa: promoção da poupança e redução do endividamento; reforma do quadro orçamental e do sector empresarial do Estado, incluindo a realização de operações de privatização; mercado de trabalho; sector da justiça; mercado de arrendamento e promoção da reabilitação urbana; reforma nos sectores da saúde, energia, transportes, serviços e promoção da concorrência. Por fim, apresentavam-se medidas conducentes ao reforço do sector financeiro

No que respeita ao cenário macroeconómico (Quadro 4) subjacente à referida atualização do Programa de Estabilidade e Crescimento, e em face do elevado grau de incerteza e dos riscos significativos que poderão afectar a evolução das principais variáveis macroeconómicas, foram consideradas as hipóteses mais prudentes adotadas pelas instituições internacionais, entretanto divulgadas.

Em 2011, antecipa-se uma contração do PIB, em termos reais, de 0,9%, associada à redução da procura interna, enquanto que a procura externa líquida deverá ter um contributo positivo de 2,1 p.p. No contexto da progressiva consolidação orçamental e gradual correção dos desequilíbrios macroeconómicos previstos no horizonte de previsão, as exportações deverão continuar a ser o principal motor de crescimento da economia portuguesa, contribuindo para a redução do défice da balança comercial e para a diminuição das necessidades de financiamento da economia.

**Quadro 4. Cenário macroeconómico**

	2010	2011 <sup>(p)</sup>	2012 <sup>(p)</sup>	2013 <sup>(p)</sup>	2014 <sup>(p)</sup>
PIB (t.v.h.)	1,4	-0,9	0,3	0,7	1,3
Consumo Privado	2,0	-1,1	-0,3	-0,1	0,3
Consumo Público	3,2	-6,8	-4,9	-2,6	-0,9
Investimento (FBCF)	-4,8	-4,2	-2,7	-0,8	2,1
Exportações de Bens e Serviços	8,7	5,6	5,2	5,0	4,0
Importações de Bens e Serviços	5,3	-1,1	-0,4	1,2	1,6
IPC (%)	1,4	2,7	2,1	2,1	2,1
Taxa de Desemprego (%)	10,8	11,2	10,8	10,4	9,8
Necessidades líquidas de financiamento da economia (% do PIB)	-8,4	-8,3	-7,0	-5,8	-4,9

(p) Previsão.

Fontes: INE e MFAP.